

**PROCESSO SELETIVO PARA ATUAÇÃO
NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

9º EXAME DE SELEÇÃO - RESIDÊNCIA JURÍDICA

01. A prova terá duração de 2h30 (duas horas e trinta minutos) considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta e o preenchimento da folha de resposta definitiva.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões da prova objetiva, de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D) e a prova discursiva, distribuídas da seguinte forma:

TIPO DE PROVA	CONTEÚDO	QUESTÕES
OBJETIVA	DIREITO ADMINISTRATIVO	01 A 04
	DIREITO TRIBUTÁRIO	05 A 08
	DIREITO CML	09 A 12
	DIREITO PROCESSUAL CML	13 A 16
	DIREITO CONSTITUCIONAL	17 A 20
DISCURSIVA	DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO CML, DIREITO PROCESSUAL CML E DIREITO CONSTITUCIONAL	2

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“É comum perder-se o bom por querer o melhor.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta e da folha de resposta definitiva por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e da folha de resposta definitiva e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Pedro, funcionário da Companhia de Limpeza Urbana do Município Azul Claro (COMLUMAC), aprovado em regular concurso público, trabalhou na sociedade de economia mista ao longo de toda sua vida funcional.

Cumpridos os requisitos necessários, solicitou sua aposentadoria voluntária em maio de 2020, que foi imediatamente deferida pelo Órgão de Previdência, valendo-se do tempo de contribuição decorrente do exercício da sua atividade na referida estatal.

Contudo, Pedro possuía o intuito de continuar trabalhando na própria estatal, ensejando o questionamento interno através de regular processo administrativo acerca dessa possibilidade. Como fundamento de seu pleito, o Sr. Pedro indicou que José, aposentou-se em 2017 e trabalhou na COMLUMAC até julho de 2019.

Assinale a alternativa **CORRETA** a ser dada em orientação jurídica:

- (A) Pedro não poderá se aposentar e continuar trabalhando na COMLUMAC, assim como José não poderia, devendo-se apurar a irregularidade deste último funcionário através de regular processo administrativo
- (B) Pedro poderá se aposentar e continuar trabalhando na COMLUMAC, tendo em vista que contribuiu para o Regime Próprio de Previdência, uma vez que eventuais alterações legislativas e constitucionais se aplicam apenas ao Regime Geral de Previdência
- (C) Pedro não poderá continuar laborando na COMLUMAC, tendo em vista que a aposentadoria concedida enseja o rompimento imediato do vínculo trabalhista. A situação de Pedro é diferente em relação a José tendo em vista o advento da Reforma da Previdência em 2019
- (D) Pedro, assim como José, poderá se aposentar e continuar laborando na COMLUMAC, com base na Teoria dos Atos Próprios, que lhe criou uma legítima expectativa. Entretanto, as contribuições previdenciárias vertidas a partir de maio de 2020 não serão contabilizadas para novo cálculo de benefício, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal veda a desaposentação

02. Com relação aos consórcios públicos regidos pela Lei nº 11.107/2005, considere as seguintes afirmações:

I – Independentemente de personalidade jurídica de direito público ou privado, o regime de pessoal no bojo dos Consórcios Públicos será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

II – O protocolo de intenções para a celebração do Consórcio Público deverá ser ratificado por Decreto do Chefe do Poder Executivo;

III – Contrato de Programa é o instrumento em que se definem as obrigações entre um ente da Federação para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos;

IV – Extinto o Consórcio Público, o Contrato de Programa automaticamente será extinto.

À luz do ordenamento pátrio, assinale a alternativa a seguir que corresponde à sequência adequada:

- (A) a afirmação I está incorreta; a afirmação II está correta; a afirmação III está incorreta; a afirmação IV está correta
- (B) a afirmação I está incorreta; a afirmação II está incorreta; a afirmação III está correta; a afirmação IV está correta
- (C) a afirmação I está correta; a afirmação II está correta; a afirmação III está incorreta; a afirmação IV está incorreta
- (D) a afirmação I está correta; a afirmação II está incorreta; a afirmação III está correta; a afirmação IV está incorreta

03. Em relação ao controle da legalidade, analise as seguintes afirmações:

I - São inconstitucionais as leis que preveem o custeio de defesa judicial a servidores da Administração Pública em ações relacionadas à prática de atos funcionais;

II - As despesas com contratos de gestão não podem ser consideradas no cômputo da despesa total com pessoal, para os fins dos limites exigidos na LRF;

III - A Administração pode realizar o tratamento de dados pessoais para execução de políticas públicas;

IV - É ilegal a lavratura de auto de infração por dano ambiental sem demonstração de dolo ou culpa do suposto transgressor.

- (A) a afirmação I está incorreta; a afirmação II está correta; a afirmação III está correta; a afirmação IV está correta
- (B) a afirmação I está correta; a afirmação II está incorreta; a afirmação III está correta; a afirmação IV está correta
- (C) a afirmação I está correta; a afirmação II está correta; a afirmação III está incorreta; a afirmação IV está correta
- (D) a afirmação I está incorreta; a afirmação II está incorreta; a afirmação III está correta; a afirmação IV está incorreta

9º Exame de Seleção

04. Quanto ao estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista, há previsão constitucional expressa de que:
- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista gozarão de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado
 - (B) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado será sempre permitida de forma ampla e irrestrita, por meio de empresa pública ou sociedade de economia mista, desde que sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários
 - (C) a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispensando da observância dos princípios da administração pública na contratação de obras, serviços, compras e alienações
 - (D) a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários

DIREITO TRIBUTÁRIO

05. O Município ajuizou execução fiscal contra Joana da Silva para cobrança de débitos de IPTU em atraso no valor de R\$ 50.000,00, devidamente constituídos e inscritos em dívida ativa. Regularmente citada, a executada não efetuou o pagamento do débito nem apresentou embargos à execução. Considerando o caso apresentado, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) a Fazenda Pública poderá requerer a penhora do imóvel objeto do IPTU, ainda que se trate de imóvel residencial, tendo em vista que a cobrança do IPTU constitui exceção à impenhorabilidade do bem de família
 - (B) a penhora deverá recair prioritariamente sobre o imóvel objeto da cobrança, pois, tratando-se de bem imóvel, tem preferência sobre a penhora de dinheiro
 - (C) a efetivação da penhora sobre o imóvel faz cessar automaticamente a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o débito executado
 - (D) para garantir o resultado útil da execução, o juiz poderá determinar, desde logo, a indisponibilidade dos bens e direitos da executada

06. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analise as seguintes afirmações sobre o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

I. A cláusula contratual expressa responsabilizando o inquilino pelo pagamento do IPTU constitui fundamento suficiente para reconhecer sua legitimidade ativa nas discussões judiciais concernentes à relação jurídico-tributária do referido tributo sobre o imóvel locado.

II. O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.

III. Tanto o promitente comprador quanto o proprietário/promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

Estão **CORRETAS**:

- (A) I, II e III
 - (B) apenas I e II
 - (C) apenas I e III
 - (D) apenas II e III
07. A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promoveu profundas alterações no Sistema Tributário Nacional. Considerando as principais mudanças introduzidas por esta emenda, analise as afirmações abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

I. O novo imposto sobre bens e serviços (art. 156-A) será de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo não cumulativo e informado pelo princípio da neutralidade.

II. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços será composto exclusivamente por representantes dos Estados e do Distrito Federal, cabendo-lhe a arrecadação, fiscalização e distribuição do produto da arrecadação entre os entes federativos.

III. O IPTU poderá ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

- (A) todas as afirmações estão corretas
- (B) apenas as afirmações I e II estão corretas
- (C) apenas as afirmações I e III estão corretas
- (D) apenas as afirmações II e III estão corretas

9º Exame de Seleção

08. O Município "Z", no prazo legal, ajuizou execução fiscal em face da Empresa "X", com o fim de cobrar créditos de ISS, regularmente inscritos em dívida ativa. Expedida a citação postal ao domicílio fiscal cadastrado junto à Receita Federal pela executada, o aviso de recebimento retorna e é juntado aos autos do processo executivo com o resultado "mudou-se" assinalado pelo funcionário dos correios, que registrou a seguinte observação: "local fechado com placa de aluga-se fixada na porta". Diante da situação narrada, marque a alternativa **CORRETA**:
- (A) cabe o arresto de valores da Empresa "X", na forma da Lei nº 6.830/1980, bem como o redirecionamento da execução fiscal para seu sócio-gerente, nos termos da Súmula 435 do STJ
- (B) não cabe arresto de valores da Empresa "X", nem o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente, sem a prévia tentativa de citação por oficial de justiça, na forma do artigo 8º, III, da Lei nº 6.830/1980
- (C) com o fim de garantir a execução fiscal, o juiz competente pode determinar, de ofício, o arresto de valores da Empresa "X", com fundamento na presunção de dissolução irregular estabelecida na Súmula 435 do STJ
- (D) com o fim de garantir a execução fiscal, o juiz competente pode determinar o arresto de valores da Empresa "X", a pedido do Procurador do Município "Z", com fundamento na presunção de dissolução irregular estabelecida na Súmula 435 do STJ

DIREITO CIVIL

09. Sobre o tema "ato ilícito", assinale a alternativa **INCORRETA**:
- (A) o Superior Tribunal de Justiça entende que a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento, conforme Súmula 362/STJ
- (B) ainda que exista desproporção excessiva entre a gravidade da culpa e o dano, não poderá o juiz reduzir a indenização equitativamente, pois o art. 944 do Código Civil veda referida redução
- (C) o art. 187 do CC não adota a teoria dos atos emulativos, pela qual só haveria abuso do direito quando presente a intenção de prejudicar outrem
- (D) nos termos do art. 942 do CC, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação

10. Acerca da prescrição e da decadência, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) são distintos, por força do art. 206-A do Código Civil, o prazo de prescrição da pretensão e da prescrição intercorrente
- (B) há entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a prescrição somente impede a compensação se for anterior ao momento da coexistência das dívidas
- (C) a renúncia à decadência fixada em lei enseja anulação
- (D) é facultado ao julgador suprir a alegação de decadência convencional

11. Em relação à solidariedade passiva nas obrigações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes
- (B) o credor, ao exigir a dívida, deve obedecer o benefício de ordem existente em toda obrigação solidária
- (C) o devedor solidário que paga a dívida integralmente não tem direito de regresso contra os demais codevedores
- (D) se um dos devedores solidários falecer, a obrigação solidária se extingue para os demais

12. Plínio invade um terreno sem o consentimento do proprietário, agindo com violência na ocupação, passando a usar para sua moradia e plantio. Assinale a alternativa que indica como é classificada a posse de Plínio e qual sua situação para aquisição por usucapião:

- (A) justa, desde que não haja oposição do proprietário em até um ano e dia
- (B) injusta, mas pode ser convertida em posse justa caso Plínio pague indenização ao proprietário original
- (C) justa, pois Plínio estabeleceu uma moradia e cultivou a terra, configurando a função social da posse
- (D) injusta, pois foi adquirida por meio de violência, não se prestando, desse modo, à aquisição por usucapião

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13. Sobre o rito comum, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de Súmula de Tribunal de Justiça sobre direito federal
- (B) o autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que haja consentimento do réu
- (C) é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão
- (D) reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro

9º Exame de Seleção

14. A respeito dos recursos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) o recorrente poderá desistir do recurso a qualquer tempo, desde que haja anuência do recorrido
- (B) a sentença que extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação
- (C) serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas e independentemente de se referirem ao capítulo impugnado
- (D) o pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, se já distribuído o recurso

15. A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) concedida a segurança, a sentença não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição
- (B) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, desde que haja caução
- (C) das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for concedida
- (D) o mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva

16. Sobre Execução Fiscal, é **CORRETO** dizer:

- (A) a exceção de pré-executividade admite a invocação de matéria que demande dilação probatória para ser decidida, desde que se refira a questão de ordem pública
- (B) a Certidão de Dívida Ativa (CDA) é dotada de presunção absoluta de certeza e liquidez
- (C) a Fazenda Pública pode substituir a CDA até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução
- (D) o prazo de 30 dias para o oferecimento de embargos é contado da juntada aos autos do mandado de citação

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. Com base no Tema 917 da Repercussão Geral do STF (ARE 878.911), que fixou tese sobre competência para iniciativa de leis que geram despesas para a Administração, analise as situações abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) segundo a tese do STF, lei de iniciativa parlamentar que cria despesa para a Administração sempre viola a separação de poderes, independentemente do seu conteúdo específico
- (B) lei de iniciativa parlamentar que, embora crie despesa para a Administração, não trata da estrutura ou atribuição de órgãos administrativos nem do regime jurídico de servidores públicos, não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo
- (C) lei municipal de iniciativa parlamentar que obriga a instalação de câmeras de segurança em escolas públicas usurpa competência do Poder Executivo, pois gera despesa para a Administração Municipal
- (D) a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciativa de leis, prevista no art. 61, § 1º, da CF/88, impede qualquer lei de origem parlamentar que resulte em gastos públicos

18. O STF, ao analisar o Tema 1234 da sua Repercussão Geral, fixou critérios de competência para demandas sobre fornecimento de medicamentos registrados na ANVISA, mas não padronizados no SUS. Com isso, analise as situações abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) a competência da Justiça Federal é fixada quando o valor do tratamento anual específico do fármaco for igual ou superior a 210 salários-mínimos, com base no Preço Máximo de Venda do Governo (PMVG)
- (B) todas as demandas que envolvam medicamentos não incorporados ao SUS devem tramitar na Justiça Federal, por força do art. 109, I, da Constituição Federal
- (C) medicamentos registrados na ANVISA, mas não padronizados no SUS são da competência da Justiça Estadual, sendo a União apenas subsidiariamente responsável pelo custeio
- (D) o critério de competência estabelecido pelo STF aplica-se retroativamente a todos os processos em tramitação, independentemente da data de ajuizamento da ação

9º Exame de Seleção

19. Servidor municipal deduz pretensão em juízo com o objetivo de ser indenizado, sob a alegação de que o Chefe do Poder Executivo teria praticado ato ilícito ao não conceder a revisão geral anual, asseverando ainda que se trata de direito subjetivo do qual seria titular e cuja violação acarreta o dever de indenizar. Sobre o caso descrito, assinale a opção **CORRETA**, considerando a compreensão sedimentada na jurisprudência da Suprema Corte:
- (A) a Constituição não assegura revisão geral anual aos servidores públicos, motivo pelo qual compete à Lei Orgânica do Município definir a obrigatoriedade, ou não, da referida medida
 - (B) cumpre ao Poder Judiciário determinar que o Chefe do Poder Executivo apresente projeto de lei com vistas a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos
 - (C) conquanto a Constituição preveja o direito à revisão geral anual aos servidores públicos, o não encaminhamento de seu projeto de lei não gera direito subjetivo à indenização, todavia, incumbe ao Poder Executivo apresentar justificativa pertinente ao citado quadro fático-jurídico
 - (D) o servidor deverá ser indenizado em virtude da violação a um direito público subjetivo positivado no texto magno, desde que comprovada a não apresentação do projeto de lei
20. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 disciplina a política de desenvolvimento urbano. Sobre o tema em relevo, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) compete à União executar a política de desenvolvimento urbano, em âmbito local, a fim de garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana
 - (B) o plano diretor, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico para aplicação da política urbana
 - (C) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante ulterior indenização em títulos da dívida pública
 - (D) o cumprimento da função social da propriedade urbana depende da observância das diretrizes traçadas na Lei Orgânica

PROVA DISCURSIVA

Instruções para a Redação:

O(a) candidato(a) deverá **elaborar dois textos dissertativos**, escolhendo apenas dois dos temas indicados, com limite máximo de 25 (vinte e cinco) linhas para cada redação.

Na folha de resposta definitiva, o número correspondente ao tema escolhido deverá ser indicado por extenso no espaço superior da linha 1 de cada redação.

Tema 1. O Ministério Público propôs ação civil pública em face do Município, na qual requer que sejam adotadas diversas medidas pontuais para melhoria do serviço prestado em um hospital público. Em sua petição inicial, embora entenda que a prestação do serviço de saúde no hospital seja satisfatória, o Ministério Público alega que o serviço poderia ser melhorado por meio de realização de concurso para contratação de servidores públicos, de compra de equipamentos novos e realização de obras que entende necessárias para melhor conforto do cidadão. Portanto, com base no direito à saúde, o Ministério Público requereu que fossem adotadas as citadas medidas pontuais pela Administração Pública Municipal.

Com fundamento na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quais seriam os argumentos da defesa municipal.

Tema 2. No Município XYZ, em janeiro de 2025, foi publicada lei municipal que antecipou o prazo de pagamento do IPTU, bem como fixou critérios para a atualização da base de cálculo do IPTU. A lei dispôs que entrou em vigor na data de sua publicação.

Considerando o cenário acima, responda, com fundamento na legislação e jurisprudência pertinentes:

- a) A antecipação do prazo de pagamento é aplicável aos fatos geradores ocorridos em 2025 no Município XYZ?
- b) O Prefeito do Município XYZ poderá atualizar a base de cálculo do IPTU mediante decreto?

Tema 3. É movida, em julho de 2025, ação indenizatória em face do Município X. A petição inicial narra que o primeiro autor, menor impúbere, representado pela segunda autora, sua genitora, estava internado em hospital municipal em razão de atropelamento que havia sofrido. Durante sua internação, enquanto recebia cuidados de higiene no banheiro do hospital, o teto de gesso do banheiro teria desabado, causando-lhe hematomas, na data de 15 de janeiro de 2018, tendo recebido alta logo após, em 16 de janeiro de 2018. Com base nessas alegações, os autores requerem a reparação por danos morais no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o primeiro autor e R\$100.000,00 (cem mil reais) para a segunda autora. A petição inicial não foi acompanhada de prova documental. Instada a se manifestar, a Secretaria Municipal de Saúde informou à Procuradoria que, à época do acidente, o hospital estava sob administração da Concessionária Y através do Contrato de Concessão nº 123. Na qualidade de procurador(a) do Município X, apresente possíveis argumentos, de direito processual e material, que embasariam a contestação da Municipalidade.

Tema 4. Disserte sobre coisa julgada: conceito, coisa julgada formal e material, limites objetivos e subjetivos, eficácia preclusiva e coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.

Tema 5. Discorra sobre as diferenças e as circunstâncias nas quais se autoriza o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos pelo Poder Judiciário, Executivo e Legislativo.

